

**HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: ALGUMAS  
QUESTÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CULTURA  
ESCOLAR E CULTURA ALIMENTAR**

Adriana Angelita da Conceição  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[adriana.a@ufsc.br](mailto:adriana.a@ufsc.br)

As necessidades da Educação Básica no Brasil são variadas e fortemente marcadas por processos de reivindicações sociais, culturais e políticos. Catarina Delfina dos Santos, Guarani, moradora da terra indígena *Piaçaguera* afirma que “Na escola usam muito mingau e bebida láctea, faz mal. Quando eu era pequena eu não tomava leite e agora as crianças tomam muito. Tem muito açúcar e estraga os dentes”. Adriano Karai, Guarani, morador da terra indígena *Tenondé Porã* reflete que “Nós temos consciência de que a nossa alimentação não vai voltar a ser como era antes, mas lutamos por uma alimentação que respeite as nossas origens” (ANDRADE; BELLINGER, 2016, p. 30 e 32). A fala de Catarina e Adriano, guaranis de terras indígenas do estado de São Paulo, alerta sobre uma delicada questão da Educação Básica brasileira: os dilemas da alimentação escolar nas escolas públicas. Com tais considerações apresentamos a alimentação e, em especial, a *alimentação escolar* na estruturação da educação básica na formação do Brasil republicano como tema deste texto, que integra um projeto de pesquisa em andamento e intitulado *História da alimentação escolar no Brasil (séculos XX-XXI): reflexões sobre políticas públicas educacionais, cultura alimentar e Campo*.

A alimentação contemporânea configura-se como um território de disputas, marcado por mudanças e permanências. Os debates ultrapassaram as questões de *gosto* e adentraram no espaço dos domínios econômicos, políticos e educacionais. Os conceitos de saudável, natural e caseiro são disputados por grandes redes da indústria alimentar que buscam se apropriar deste espaço no qual no passado tentaram superar em decorrência da ideia de modernidade e do desenvolvimento das tecnologias da indústria alimentar. Entretanto, como pontuou o sociólogo Jean-Pierre Poulain as “tradições alimentares na sua função emblemática, tornam-se um lugar de resistência cultural”, que se desdobra nos

conflitos recíprocos entre o local e o global (2013, p. 33).<sup>1</sup> A modernidade deslocou e reconfigurou grande parte das culturas alimentares do mundo. Desde então se vive uma desconexão alimentar “de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas”, o que gerou a recriação das culturas alimentares (p. 27). Neste sentido, o processo desencadeado pela agroindústria<sup>2</sup> deslocou as refeições dos alimentos frescos e *in natura* para oferecer produtos/mercadorias em diferentes níveis de processamento.

Diante do atual reconhecimento da necessidade de revisão dos padrões alimentares, marcado pelo conflito entre desnutrição e excesso de peso, desigualdades, falta para uns e abundância e desperdício para outros, o mercado elabora estratégias de *microdiversificação* (POULAIN, 2013, p. 29). Esse tipo de estratégia resulta dos diferentes níveis de resistência local aos padrões alimentares postos pela indústria. A rede *McDonald's* é um exemplo destas estratégias ao buscar atingir os mercados locais através de pequenas adaptações. Além disso, coloca uma grande interrogação ao sentido contraditório da Segurança Alimentar na contemporaneidade que migra do medo da escassez ao medo do que se está comendo – da escassez passou-se a refletir sobre a qualidade.<sup>3</sup> A partir destas questões iniciais, abordaremos alguns aspectos relacionados aos sentidos da alimentação como produção cultural e social – cultura alimentar – e um breve histórico das políticas públicas destinadas à alimentação escolar no Brasil.

A história da alimentação e a sociologia alimentar indicam que a *cozinha* ultrapassa o universo da culinária e da alimentação para ser também uma questão identitária, de memória e de tradição. O consumo alimentar envolve códigos sociais que se desdobram em modos de cozinhar, de comer, de beber, de produzir, de preparar, de se pôr à mesa e/ou diretamente ao chão – muitas são as formas de comensalidade. Tais

---

<sup>1</sup> Como todas as citações feitas do pesquisador Jean-Pierre Poulain são a partir do livro *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*, para deixar o texto mais limpo, indicarei apenas a página, excluindo a informação do ano de publicação.

<sup>2</sup> Para a definição de agroindústria utilizo a conceituação de Jozimar Almeida: “A agroindústria é uma unidade de produção controlada por uma racionalidade técnica capitalista, fornecendo matéria prima originária da agricultura que deverá ser utilizada em um processo de transformação industrial. Dessa forma, agricultura e indústria se fundem em uma unidade de produção, com características específicas”. ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A extinção do arco-íris: ecologia e História*. 2º ed. [edição on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesq. Sociais, 2008. p. 10. Com esta definição não estamos considerando os atuais debates sobre a agroindustrialização pensada para os projetos de desenvolvimento sustentável em cooperativas da agricultura familiar.

<sup>3</sup> Maiores informações, consultar: POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação...* op. cit. p. 85-96.

códigos se modificam nas diferentes temporalidades e espacialidades da vida social. Assim sendo, para se investigar as relações das atividades biológicas elementares (comer, beber, defecar) é necessário considerar a relação que estabelecem com as normas, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, o que acontece no campo da cultura, assim, nega-se os sentidos naturalizados da vida social, de acordo com o que pontua Jean-Pierre Poulain (p. 227). Tais elementos direcionam um questionamento: como interpretar os sentidos sociais e históricos das políticas públicas para a Educação Básica, neste caso, para a alimentação escolar, quando tais investidas colocam o foco principal no objeto *alimento*, ignorando, na maioria das vezes, os sujeitos que produzem, comercializam, preparam e consomem?

Análises iniciais apontam que nas políticas públicas para a Educação Básica raramente os espaços e os códigos sociais que envolvem a alimentação escolar são colocados como prioridades de ação, embora estes elementos estejam mencionados nos textos normativos. Neste sentido, um conjunto de questões se apresenta: como os códigos sociais das práticas alimentares são tratados na Educação Básica, em especial, nas escolas do campo, nas escolas indígenas e quilombolas? Já que as políticas públicas sinalizam de modo muito complexo a necessidade de garantir o respeito às tradições alimentares. No entanto, verifica-se que na maioria das vezes o sentido de tradição está focado na tradição do alimento e não nos gestos e ritos que significam seu consumo. Assim, quais seriam as implicações sociais e culturais dos *deslocamentos* causados por políticas públicas para a alimentação escolar que priorizam o que o sujeito vai comer e não o *sujeito que come*?

Desde o início da primeira metade do século XX, junto à constituição política e governamental da República, o estado brasileiro constrói políticas públicas de educação básica: um percurso tortuoso, em especial, em decorrência dos diferentes regimes políticos do país. As políticas destinadas à oferta de educação pública envolvem muitos aspectos: infraestrutura escolar, transporte, formação docente, produção de material didático e alimentação escolar, que muitas vezes é apresentada como uma política assistencialista e/ou meramente nutricional. Poulain pondera que “mesmo que as ciências da nutrição humana façam progressos todos os dias, elas se chocam com o problema da articulação do fisiológico e do social” (p. 227). Junto a Poulain, pode-se refletir o caso das políticas para a alimentação escolar que dificilmente são pensadas e estruturadas a partir de ações verdadeiramente interdisciplinares, impedindo a formação de ambientes

que tomem a alimentação escolar para além de uma proposta nutricional, mas também social e cultural.

No Brasil o *Programa Nacional de Alimentação Escolar*- PNAE<sup>4</sup> gerencia as políticas para a demanda da Educação Básica. Neste sentido, uma das questões que essa pesquisa buscará responder refere-se a como a cultura escolar, a agricultura familiar e a alimentação escolar como prerrogativas indissociáveis se apresentam ou não na atual estruturação do PNAE. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerencia o PNAE transferindo, de forma suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios recursos financeiros. No *site* do programa consta que é “considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado”.<sup>5</sup>

A história do PNAE acompanha a historicidade do crescimento da Educação Básica pública no Brasil. Teve início na década de 40, através do Instituto de Nutrição que defendia a necessidade de as escolas ofertarem alimentação aos educandos, porém, não foi concretizado. Na década de 50 foi efetivado, por meio de um plano nacional de alimentação e nutrição chamado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*, instituindo-se nacionalmente um plano de alimentação escolar público, contando com o apoio do que hoje se denomina Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Entre as décadas de 50 e 60 o programa recebeu diferentes denominações: *Campanha de Merenda Escolar* (CME), *Campanha Nacional de Merenda Escolar* (CNME) e *Campanha Nacional de Alimentação Escolar* (CNAE), ganhando recursos de fundos internacionais de combate à desnutrição. A partir de 1979, passou a ser chamado de *Programa Nacional de Alimentação Escolar* e funcionava de modo centralizado, cabendo ao órgão gestor planejar, comprar, fiscalizar e se responsabilizar pela distribuição dos alimentos. Em 1994 celebrou-se um grande avanço do PNAE com a descentralização, instituída pela Lei nº 8.913/1994,<sup>6</sup> cabendo aos estados, distrito federal e municípios as gerencias, consolidada em 1998.

---

<sup>4</sup> Doravante indicado apenas pela sigla: PNAE.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso: março de 2019. Todas as informações que se apresentam sobre o PNAE, neste texto, referentes ao histórico, funcionamento, legislação, ações educativas, Conselho de Alimentação Escolar, foram retiradas do site do programa, conforme referenciado no início desta nota.

<sup>6</sup> Esta lei foi revogada pela Lei n. 11.947, 16/06/2009 - Conversão da Medida Provisória n. 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos

No início do século XXI, o PNAE passou a incorporar políticas de desenvolvimento local, destacando-se a obrigatoriedade de que 70% dos gastos fossem destinados aos produtos básicos, respeitando hábitos alimentares regionais e a produção agrícola dos municípios. Além disso, a formação em cada município do *Conselho de Alimentação Escolar* (CAE) com funções deliberativas, fiscalizadoras e de assessoria foram vistas como um importante avanço. Em 2006 veio a obrigatoriedade de profissionais de nutrição como responsáveis técnicos do programa e a afirmação de parcerias com as Instituições Federais de Ensino Superior, originando-se os *Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar* (Cecanes) – ações que objetivam produzir pesquisas que contribuam para o aprimoramento do PNAE. Para o governo federal o programa recebe destaque internacional em função de suas iniciativas de oferecimento de alimentos sustentáveis nas escolas – “O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de *Programa de Alimentação Escolar Sustentável*”<sup>7</sup>.

De acordo com os primeiros levantamentos de dados desta pesquisa, envolvendo consultas que abrangem diversas áreas do conhecimento, diferentes especialistas sinalizam os avanços do programa, entretanto, os desafios permanecem enormes, em especial, no que diz respeito ao que consta na Lei nº 11.947/2009. De acordo com essa norma, que também universalizou o programa na Educação Básica pública, no mínimo 30% dos repasses devem ser empregados na compra de produtos da agricultura familiar – desde então, outras inclusões já foram feitas em relação aos critérios de seleção das compras, priorizando, para o fortalecimento da produção local, os produtos derivados de assentamentos da reforma agrária e de áreas indígenas e quilombolas. Desde então, o programa vem sendo aperfeiçoado, atendendo reivindicações da sociedade civil quanto ao atendimento de especificidades, no que diz respeito às necessidades de diferenciar repasses – no valor per capita – aos alunos de áreas indígenas, quilombolas e alunos matriculados na educação infantil. Em constante modificação, o programa passa também a abranger outras questões sociais, como o aprimoramento da *Educação Alimentar e*

---

da educação básica (...). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso: 02/03/2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso: 02/03/2019.

*Nutricional* (EAN), que se relaciona com aspectos vinculadas à saúde pública: *Segurança Alimentar e Nutricional* (SAN), *Plano Nacional de Combate à Obesidade*, *Plano de Ações Estratégicas para o Enfretamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis* (DCNT).

Entre as frentes do PNAE consta a preocupação com o aumento da obesidade infantil – um quadro complexo que coloca em questão a migração da desnutrição para a obesidade infantil como um problema social e político que ainda carece de estudos que possam integrar as perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais. O governo lançou em 2014 um plano intitulado *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendações para Estados e Municípios* que pretende atuar no âmbito escolar através do incentivo à alimentação saudável e de uma educação alimentar e nutricional.

De acordo com o PNAE o tema da alimentação excede as preocupações nutricionais ao instituir que também faça parte da cultura escolar.<sup>8</sup> Indica que ações de educação alimentar e nutricional devem constar no currículo para a promoção de metodologias de trabalho que favoreçam o resgate de hábitos alimentares regionais e culturais. Neste aspecto, o programa ainda caminha lentamente por carecer de ações que favoreçam a efetivação dessas intenções, sobretudo, considerando a necessidade de interação entre todos os sujeitos que atuam na alimentação escolar. Deste modo, a compreensão e a criação de ações de educação alimentar e nutricional integradoras e não homogeneizantes colocam um desafio: transgredir da simbologia da alimentação escolar vinculada ao assistencialismo para ser vista como a garantia de um direito.<sup>9</sup>

Em 1931 ocorreu a Reforma *Francisco Campos* que atuou para a centralização do recém-instalado Ministério da Educação e Saúde Pública, definindo programas e métodos

---

<sup>8</sup> O conceito de Cultura Escolar é bastante abrangente e possui uma diversificada bibliografia. Nesta pesquisa, partimos de discussões presentes nos seguintes autores e autoras: JULIA, 2001; SILVA, 2006; VIÑAO FRAGO, 2002; FORQUIN, 1992; GOODSON, 1995; GOODSON, 1991.

<sup>9</sup> O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal. No entanto, isso não necessariamente significou a garantia da realização desse direito na prática, o que permanece como um desafio a ser enfrentado. “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015. Em 2010 incluiu a alimentação e em 2015 o transporte como direito social.

de ensino. Esta centralização significou, conforme aponta a historiadora Thaís Fonseca, “na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais” (2011, p. 52). A união dos ministérios atrelou dois grandes problemas nacionais que deveriam ser enfrentados naquele momento a *educação* e a *fome* (pobreza e desnutrição) – aspectos que não condiziam com as posições nacionalistas que se pretendia instaurar na formação da Nação. Para que se compreenda o papel da alimentação escolar dentro das mudanças educacionais é necessário estudar de modo mais aprofundado a instituição da Educação Básica no Brasil e suas conformações entre o campo e a cidade, envolvendo as principais reformas educacionais ocorridas ao longo do século XX: a Reforma de Francisco Campos, que citamos acima, a Reforma de Gustavo Capanema (1942), as reformas instituídas durante a ditadura civil e militar, as que ocorreram no processo de redemocratização do Brasil, no final do século XX, além das que estão em processo nos últimos anos – detalhes que não serão inseridos no espaço deste texto. Apenas destacamos que o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil, no que se refere à alimentação escolar, possui uma constituição histórica marcada pelo sentido assistencialista desta política que se vê como mantenedora da presença do aluno na escola.<sup>10</sup>

Em investigação realizada na plataforma *Scielo* buscando o verbete *alimentação escolar* encontramos 97 ocorrências, com maciça presença de periódicos especializados em saúde e nutrição, com raros casos de periódicos de educação/pedagogia.<sup>11</sup> Para o verbete *educação alimentar* foram registradas sete entradas, sendo duas voltadas à educação escolar. Por meio desta análise podemos inferir que a temática da alimentação escolar tem sido constantemente debatida quanto às questões nutricionais e pouco considerada um objeto de análise das ciências humanas e sociais. Na maioria das pesquisas, os alimentos aparecem como passíveis de envolvimento cultural, social e de sentimentos de pertencimento. Porém, os estudos não ultrapassam a constatação, como se fosse quase que uma obrigatoriedade mencionar a relação da alimentação com a cultura. O tema não é aprofundado e muito menos relacionado aos resultados finais das análises, centradas, na maioria dos casos, no estado nutricional dos escolares sem debater

---

<sup>10</sup> Evitando-se a evasão escolar: outro problema da educação brasileira.

<sup>11</sup> Considerou-se começar a pesquisa bibliográfica através desta plataforma de acordo com sua importância para a divulgação científica no Brasil. Pesquisa realizada no início de 2017.

tais estados quando satisfatórios ou não com os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos das escolas.<sup>12</sup> Certamente, este distanciamento entre o social e o nutricional se deve as áreas de especialização dos profissionais, na maioria médicos e nutricionistas. As investigações citam a questão cultural para relacioná-la a uma complexa diretriz da lei que regula o PNAE: “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis (...)” (Lei 11.947, 2009). Portanto, o que o PNAE e seus gestores nos vários âmbitos institucionais e da sociedade civil consideram como cultura, tradição e hábitos saudáveis? Trata-se de uma questão que ultrapassa os campos disciplinares, exigindo um envolvimento interdisciplinar e coletivo para que essa reivindicação social seja atendida, colocando, acima de tudo, o respeito à diversidade como prioridade.

Em Santa Catarina desde 2001 existe o incentivo para o consumo de orgânicos na alimentação escolar através do *Programa de Alimentação Escolar Orgânica* (PAEO), regulado pela lei Estadual 12.282/2002. Entretanto, em estudo publicado em 2011, Eliete de Lima e Anete Araújo de Sousa apontaram que os objetivos do programa estão longe de serem concretizados, especialmente, porque o fornecimento de alimentos orgânicos para a alimentação escolar encontra diversos tipos de barreiras, que vão das exigências sanitárias ao custo elevado, derivado da falta de investimentos, da ausência de pesquisas agropecuárias efetivas junto às famílias de agricultores, assim como a carências de assistência técnica (2001, p. 272). Para as autoras, os empreendimentos individualizados da “Secretaria de Educação de Santa Catarina e dos fornecedores de alimentos orgânicos” são “insuficientes para tornar possível a utilização otimizada dessa matéria-prima”. Assim, “a questão da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos na alimentação escolar”, concluem as autoras, “é ampla, complexa e interdisciplinar, exigindo o envolvimento articulado de múltiplos setores, tais como a saúde, a agricultura, a ciência e a tecnologia, o meio ambiente, a extensão rural, além da educação” (p. 272).

Teresa Gontijo Castro e colaboradores afirmam que um estudo feito em escolas não indígenas na Bahia mostrou que “59% dos municípios não diferenciavam os cardápios ofertados entre escolas urbanas e rurais” e que “62% dos cardápios da Região

---

<sup>12</sup> Não se pretende, em hipótese alguma, desqualificar as análises, apenas se intenciona pontuar a rara interdisciplinaridade presente no tema da alimentação escolar, sendo a escola um espaço perpassado por múltiplos saberes que formam a cultura escolar.



Norte e 14% daqueles da Região Sul não contemplavam sequer uma preparação regional semanal, a despeito da proposta de regionalização do programa” (2014, p. 2409). Embora os pesquisadores não definam o que compreendem como pratos regionais, os dados indicam as contradições na aplicação do PNAE, mesmo sendo gerido regionalmente. Em estudo qualitativo no município de Valente, no sertão da Bahia, um grupo de pesquisadoras inferiu sobre os hábitos alimentares regionais no PNAE indicando a existência de certa indefinição quanto à compreensão dos conceitos de regional e tradicional: “reflete-se (...) sobre a possibilidade de um produto ser considerado regional, mas não tradicional, levando-se em consideração sua recente produção e consumo no município” (PAIVA; FREITAS e SANTOS, 2012, p. 195). Neste sentido, recorrem à antropologia da alimentação para afirmar que “o consumo de alimentos pelos indivíduos se dá muito além da mera escolha de alimentos como fonte de nutrientes” (p. 196). Para as autoras existe um problema de incompreensão conceitual que chega aos pratos dos escolares. Portanto, quando se define uma refeição como regional é necessário que se reconheça as relações de pertencimento social, os gestos, as cores, os sabores, os fazeres da terra em relação à comensalidade como um todo – práticas que precisam ser investigadas de modo a serem trabalhadas nos objetivos da *educação alimentar*, além de seus sentidos nutricionais.

A pesquisa sobre o município de Valente ainda aponta um pertinente questionamento, como conciliar o tradicional com a necessidade de hábitos alimentares mais saudáveis? Para as autoras, “na lógica técnico-nutricional, torna-se um contrassenso programar cardápios da alimentação escolar com preparações não saudáveis, ainda que correspondam à tradição alimentar” (p. 201). Aos profissionais da nutrição cabe um grande desafio: atender aos princípios de regional e de saudável, ou seja, a comensalidade escolar deve ser formada por nutrientes de qualidade e em quantidades específicas, mas também por cultura, identidade, reconhecimento pessoal e coletivo. Os alimentos que representam uma identidade alimentar podem passar por releituras, atendendo premissas regionais e saudáveis, considerando que a cultura e a vida não são estáveis. Portanto, seria fundamental, neste processo, o envolvimento de todas as disciplinas escolares e da comunidade na qual a escola está inserida.

No final de 2016, a *Comissão Pró-Índio de São Paulo*<sup>13</sup> publicou algumas ponderações sobre a alimentação em escolas indígenas de São Paulo, em função de questionamentos postos pelas mulheres Guarani e Tupi que participavam de atividades junto ao grupo em 2000. Anos depois, em 2014, o assunto foi retomado em função da preocupação das mães com a alimentação escolar das crianças indígenas, levando a Comissão a refletir e afirmar que a questão não fazia parte do foco de ação, ou seja, “a necessidade de adequar a alimentação oferecida nas escolas indígenas” (ANDRADE; BELLINGER, 2016, p. 7). A partir das reivindicações foram organizadas vivências entre os anos de 2014 e 2015 envolvendo lideranças indígenas de São Paulo, representantes dos governos estadual, federal e municipal, integrantes de ONGs gerando como produto de reflexão o livro *Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes*. Com isso, temos como reflexão que: se o estudo foi lançado a partir da necessidade imposta pela comunidade e a principal regulamentação que gerencia as especificidades da alimentação escolar é de 2009, a questão ainda tem um longo percurso de reflexões e encaminhamentos.

Ao se discutir o PNAE como *política pública* é necessário analisar o contexto histórico dos governos e das instituições responsáveis pela produção de ações voltadas à educação básica no que se refere à alimentação escolar. Neste sentido, o objeto de análise são as políticas criadas para a educação e para a alimentação escolar no contexto de formação nacional do Brasil, tornando imprescindível a compreensão do conceito de políticas públicas nos diferentes regimes políticos que fizeram parte da constituição histórica do Brasil como nação. O pesquisador Carlos Cury, discutindo as políticas de financiamento da educação no Brasil, estudou a relação entre o papel do Estado e a construção do sentido de cidadania relacionado à gratuidade da educação, “esse impulso interventor, para além da gratuidade, pode se revestir de outras ações como obrigatoriedade, assistência, diretrizes, autorização de funcionamento, planejamento e financiamento” (2007, p. 832). A alimentação escolar, ligada à obrigatoriedade do ensino e sua assistência, deve ser discutida, neste sentido, no âmbito da formação cidadã

---

<sup>13</sup> “A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental fundada em 1978 que atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e o combate à discriminação racial”. (ANDRADE; BELLINGER, 2016, contracapa).

planejada pelo estado brasileiro. Assim, no andamento desta investigação, problematizaremos as políticas públicas no domínio teórico do discurso, da representação e da prática para que se possa problematizar as articulações e/ou desarticulações entre assistencialismo, garantia e não-garantia de direito. Além disso, destacamos que as políticas públicas educacionais são apresentadas a partir dos sentidos educacionais que implicam na compreensão da função escolar em determinada sociedade e em uma temporalidade específica. De acordo com Maria A. Schmidt, em diálogo com Antonio V. Frago, a cultura escolar pode “ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios, rituais, hábitos e práticas, formas de fazer e de pensar, mentalidades e comportamentos sedimentados ao longo do tempo sob a forma de tradições, regularidades e regras” transmitidas entre as gerações (2012, p. 76).

Por fim, para que a lei 11.947/2009 – como demanda social – seja efetivada no âmbito material e não fique apenas no discursivo, torna-se imprescindível o aumento de investigações que coloquem a alimentação escolar como objeto de investigação, centrando o olhar nos sujeitos que produzem e consomem e não apenas no que é consumido e seus valores nutricionais. A partir destas investigações, acredita-se que seja possível pensar soluções mais orgânicas para a alimentação escolar, unindo as demandas fisiológicas às culturais e sociais.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A extinção do arco-íris: ecologia e História*. 2º ed. [edição on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesq. Sociais, 2008.

ANDRADE, Lúcia M. M. de; BELLINGER, Carolina. *Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes*. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: 2016. Disponível em: [http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Alimentacao\\_Escolas\\_Indigenas.pdf](http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Alimentacao_Escolas_Indigenas.pdf).

Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Brasil. Casa Civil. Lei n. 11.947, 16/06/2009 - Conversão da Medida Provisória n. 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (...). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm).

CASTRO, Teresa Gontijo de et al. Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 11, p. 2401-2412, nov. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e Políticas de financiamento em educação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História e ensino de História*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FORQUIN, Jean Claude. (1992). Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, nº 5, p. 28-49.

GOODSON, Ivor. La construcción social del curriculum: posibilidad y âmbitos de investigación de la historia del curriculum. *Revista de Educación*. N. 295(I), p. 7-37, 1991.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Trad. Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação* nº1 jan./jun. 2001, p. 9-43.

LIMA, Eliete de; SOUSA, Anete Araújo de. Alimentos orgânicos na produção de refeições escolares: limites e possibilidades em uma escola pública em Florianópolis. *Revista de Nutrição*, abril 2011, vol.24, n.2.

PAIVA, Janaína Braga de; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; SANTOS, Lígia Amparo da Silva. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. *Revista de Nutrição*, abril 2012, vol.25, n.2.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Trad. Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação – RHE*. Porto Alegre, v. 16, n. 37 Maio/ago. 2012.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*. Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Madrid: Ediciones Morata (Colección Pedagogía. Razones y propuestas educativas, 10), 2002.